



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO LEGISLATIVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **03**.

Mídia influencia satisfação corporal

Um estudo com 159 estudantes universitários aponta que o padrão de beleza veiculado pela mídia pode causar insatisfação com o próprio corpo entre os jovens brasileiros. A pesquisa foi realizada no Departamento de Psicologia da USP de Ribeirão Preto, pela nutricionista Maria Fernanda Laus.

A nutricionista explica que estudos do mesmo tipo realizados em outros países já haviam relacionado “distúrbios da imagem corporal, mais precisamente a insatisfação, com exposição de imagens idealizadas pela mídia”. Assim, ela verificou essa relação em uma pequena amostra da população brasileira. De acordo com a pesquisadora, a literatura especializada sugere que a “insatisfação com o próprio corpo é resultado de uma discrepância entre a aparência autopercebida e a silhueta considerada ideal pela pessoa”.

Com essas informações, e usando fotografias, a pesquisadora dividiu os jovens em dois grupos: um experimental, ao qual foram apresentadas fotos de modelos que representam ideais de beleza, e outro de controle, cujos participantes foram expostos a fotos de objetos neutros.

Os resultados mostraram que “a exposição às imagens idealizadas pela mídia contribui para um aumento na insatisfação com o próprio corpo”. Antes de observar as imagens dos modelos de beleza, o índice de satisfação corporal dos grupos, tanto o experimental quanto o de controle, era praticamente o mesmo. Após a exposição aos estímulos, 37,50% das mulheres e 58,97% dos homens do grupo experimental selecionaram uma silhueta diferente da escolhida como desejada antes da visualização. Dentre estes, 80% das mulheres e 60,87% dos homens optaram por uma figura mais magra. As escolhas do grupo de controle permaneceram inalteradas.

(Marília Caliarí, *Agência USP de Notícias*, www.usp.br, 10.06.2013. Adaptado)

01. De acordo com o texto, a pesquisa da nutricionista Maria Fernanda Laus consistiu em

- (A) comparar o ideal de beleza veiculado pela mídia brasileira com imagens idealizadas pela mídia de outros países.
- (B) observar o comportamento de jovens que alteram sua aparência para se ajustarem ao ideal de beleza presente na mídia.
- (C) propor alternativas para tratar os distúrbios relativos à insatisfação do jovem brasileiro com sua aparência.
- (D) entrevistar jovens que se sentem satisfeitos com sua aparência e ignoram a mídia, no que se refere aos estereótipos de beleza.
- (E) avaliar o índice de satisfação corporal entre jovens e sua relação com imagens idealizadas pela mídia.

02. Em – De acordo com a pesquisadora, a literatura especializada sugere que a “insatisfação com o próprio corpo é resultado de uma **discrepância** entre a aparência autopercebida e a silhueta considerada ideal pela pessoa”. (segundo parágrafo) –, o termo em destaque é empregado com o sentido de

- (A) simetria.
- (B) divergência.
- (C) analogia.
- (D) correspondência.
- (E) interseção.

Considere o trecho do último parágrafo para responder à questão de número **03**.

Após a exposição aos estímulos, 37,50% das mulheres e 58,97% dos homens do grupo experimental selecionaram uma silhueta diferente da escolhida como desejada antes da visualização. Dentre estes, 80% das mulheres e 60,87% dos homens optaram por uma figura mais magra.

03. Ao interpretar os dados da pesquisa, é correto concluir que

- (A) o número de mulheres insatisfeitas com o próprio corpo é superior ao número de homens que gostariam de ter um corpo diferente.
- (B) metade do total de mulheres do grupo experimental demonstraram o desejo de ter um corpo diferente após serem expostas às fotos.
- (C) 80% do total das mulheres que participaram da pesquisa estão insatisfeitas com seus corpos e gostariam de alterar sua silhueta.
- (D) a maioria dos jovens que optaram por uma silhueta diferente após a visualização das fotos gostariam de ser mais magros.
- (E) o número de mulheres que selecionaram uma silhueta diferente após serem expostas às fotos é equivalente ao de homens.

04. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) A nutricionista conta que já havia sido realizados estudos sobre o mesmo assunto.
- (B) As informações obtidas a partir desse estudo aparentam ser muito interessante.
- (C) Foi percebido alguns indícios de que os jovens estavam insatisfeitos com seus corpos.
- (D) A pesquisa começou com algumas hipóteses, que foram testadas posteriormente.
- (E) Foi necessário a comparação entre as escolhas do grupo experimental e do grupo de controle.

05. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto, de acordo com as regras de regência.

Os estudos _____ quais a pesquisadora se reportou já assinalavam uma relação entre os distúrbios da imagem corporal e a exposição a imagens idealizadas pela mídia.

A pesquisa faz um alerta _____ influência negativa que a mídia pode exercer sobre os jovens.

- (A) dos ... na
- (B) nos ... entre a
- (C) aos ... para a
- (D) sobre os ... pela
- (E) pelos ... sob a

Leia o texto para responder às questões de números 06 a 09.

O músico e escritor Jorge Mautner concede entrevista exclusiva à Revista E

Jorge Mautner é um homem das artes. Músico, cantor e escritor, o carioca iniciou a vida profissional como jornalista, em 1958. Só mais tarde, em 1965, deu início à carreira musical, com o lançamento de um compacto simples pela RCA Victor. Como as músicas eram de protesto, naquele mesmo ano foi enquadrado na lei de segurança nacional pela ditadura militar e exilado. Inicialmente, foi para Nova York, onde trabalhou na Organização das Nações Unidas (ONU), foi massagista, garçom e secretário literário, por sete anos, do poeta norte-americano Robert Lowell. Depois se mudou para Londres, onde encontrou Caetano Veloso e Gilberto Gil e dirigiu seu único filme, *Demiurgo*. Regressou ao Brasil em 1972 e retomou a carreira de músico.

O que você acha da música brasileira hoje?

Eu a acompanho desde a geração de Dircinha e Linda Batista, Aracy de Almeida, Blecaute, Dolores Duran. Hoje em dia, a riqueza cultural e musical do Brasil é imensa. É como o [Rio] Amazonas e suas confluências. Por exemplo, a música erudita alemã, dodecafônica, atonal, foi combinada com a percussão popular. E há uma infinidade de misturas, como o *funk*, o *hip-hop*, o *rap*.

Mas as pessoas reclamam que não há espaço no mercado para a música de qualidade.

Pela multiplicidade e globalização que experimentamos agora, há oportunidades e chances para todo mundo, até para as coisas mais exóticas, estranhas e originais. Acontece que, antes, os autores eram muito interligados ao mundo literário, ao universo filosófico. Dolores Duran, por exemplo, lia Sartre, Albert Camus. Depois da queda do muro de Berlim, estamos numa plenitude do capitalismo liberal e da democracia. A música é mais de entretenimento.

Como você, uma pessoa que gosta de informação, reage ao universo cibernético? O volume de informações cansa ou não?

É ótimo, é o máximo, porque lugares são visitados e revisitados com mais rapidez. As notícias são sempre novíssimas, por causa das novas lentes, das novas máquinas de pesquisa digital. Na parte da literatura, o acesso a autores maravilhosos ficou mais fácil. E há autores que são eternos, que, mesmo tendo escrito tempos atrás, sempre têm alguma ideia que se aplica ao século 21.

(Revista E, n. 100, www.secsp.org.br, 10.06.2013. Adaptado)

06. A apresentação de Jorge Mautner, no parágrafo que inicia o texto, dá ênfase à

- (A) razão que o levou a abandonar a profissão de jornalista.
- (B) influência da sua formação como jornalista em sua carreira musical.
- (C) produção literária e musical a que ele se dedicou durante os anos de exílio.
- (D) parceria com Caetano Veloso e Gilberto Gil no decorrer da década de setenta.
- (E) diversidade das atividades que ele realizou desde o início da vida profissional.

07. Considere o trecho do primeiro parágrafo:

Como as músicas eram de protesto, naquele mesmo ano foi enquadrado na lei de segurança nacional pela ditadura militar e exilado.

O termo **Como**, em destaque na primeira parte do enunciado, expressa ideia de

- (A) contraste e tem sentido equivalente a **porém**.
- (B) concessão e tem sentido equivalente a **mesmo que**.
- (C) conformidade e tem sentido equivalente a **conforme**.
- (D) causa e tem sentido equivalente a **visto que**.
- (E) finalidade e tem sentido equivalente a **para que**.

08. Considere o trecho:

Eu a acompanho desde a geração de Dircinha e Linda Batista, Aracy de Almeida, Blecaute, Dolores Duran. Hoje em dia, a riqueza cultural e musical do Brasil é imensa. É como o [Rio] Amazonas e suas confluências. Por exemplo, a música erudita alemã, dodecafônica, atonal, foi combinada com a percussão popular. E há uma infinidade de misturas, como o *funk*, o *hip-hop*, o *rap*.

Nesse contexto, são antônimos os termos

- (A) cultural e musical.
- (B) confluências e misturas.
- (C) riqueza e misturas.
- (D) erudita e popular.
- (E) riqueza e infinidade.

09. É correto concluir que, na opinião de Jorge Mautner,

- (A) não se faz mais música de qualidade no mundo globalizado.
- (B) existe espaço para todo o tipo de música, incluindo a de qualidade.
- (C) música de qualidade e música de entretenimento não podem coexistir.
- (D) a queda do muro de Berlim marcou o fim da música de qualidade.
- (E) é inviável fazer música de qualidade no contexto do capitalismo liberal.

10. Assinale a alternativa correta quanto à pontuação.

- (A) Músico, cantor e escritor, Jorge Mautner é um homem das artes.
- (B) O carioca iniciou em 1958, a vida profissional como jornalista.
- (C) Jorge Mautner inicialmente, foi para Nova York.
- (D) Depois encontrou em Londres, Caetano Veloso e Gilberto Gil.
- (E) Ele retomou ao regressar ao Brasil, a carreira de músico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende os Municípios autônomos como entes federativos. Em razão dessa autonomia, o Município
- (A) pode recusar fê aos documentos públicos.
 - (B) tem o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) Vereadores em sua Câmara.
 - (C) pode instituir e arrecadar os tributos de sua competência.
 - (D) deve criar Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
 - (E) pode sofrer intervenção federal, que vise repelir invasão estrangeira.
12. Sobre o processo legislativo no âmbito do Município, é correto afirmar que
- (A) o veto será apreciado em sessão extraordinária, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria simples dos Vereadores.
 - (B) o Prefeito Municipal pode editar medidas provisórias, desde que haja previsão expressa na lei orgânica local, respeitado o modelo da Constituição Federal.
 - (C) a iniciativa de lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica é privativa dos Vereadores.
 - (D) a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município deverá se dar pela manifestação de, pelo menos, 10% (dez) por cento do eleitorado local.
 - (E) a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da 1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Vereadores.
13. Fixando os Vereadores do Município de São Carlos a sua própria remuneração, para que essa possa vigor na própria legislatura, caracteriza-se ato inconstitucional lesivo ao patrimônio material e à moralidade administrativa. A respeito de tais fatos, qualquer cidadão pode ajuizar
- (A) arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - (B) mandado de segurança.
 - (C) ação direta de inconstitucionalidade.
 - (D) ação popular.
 - (E) ação civil pública.
14. O controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais, em face da Constituição Federal,
- (A) pode ser realizado pelo Supremo Tribunal Federal, por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - (B) pode ser realizado pelo Tribunal de Justiça local, decidindo *erga omnes* no âmbito estadual, por meio de ação direta de inconstitucionalidade.
 - (C) deve ser disciplinado pelos Estados-membros, nas respectivas Constituições Estaduais, podendo instituir forma de controle abstrato.
 - (D) é deduzido exclusivamente perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de recurso extraordinário ou reclamação constitucional.
 - (E) é objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, cabendo recurso extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal.
15. Técnica de interpretação constitucional que possibilita suprir as deficiências do produto constitucional positivado, pela descoberta da norma de decisão, aplicável ao caso jurídico concreto, densificando as normas e princípios contidos na norma constitucional, é a técnica da
- (A) força normativa da constituição.
 - (B) máxima efetividade.
 - (C) conformidade ou justeza constitucional.
 - (D) unidade da constituição.
 - (E) concretização constitucional.
16. Sobre os princípios e normas constitucionais referentes à Administração Pública, pode-se afirmar que
- (A) é possível a acumulação de um cargo de professor com um emprego celetista de professor.
 - (B) a Constituição Federal veda de forma expressa a acumulação de proventos da inatividade com vencimentos de cargos, funções, ou empregos públicos.
 - (C) somente por lei específica poderão ser criadas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - (D) os órgãos de corregedoria e auditoria terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
 - (E) os serviços autônomos, como o SEBRAE, correspondem à noção de autarquia, pois recebem e aplicam recursos públicos em serviços de interesse público.

17. A respeito dos direitos políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) Para concorrerem ao mesmo cargo, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
 - (B) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado e incapacidade civil absoluta.
 - (C) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Prefeito ou de quem o haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - (D) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até seis meses da data de sua vigência.
 - (E) A ação de impugnação de mandato não tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
18. Pelo princípio constitucional da pureza orçamentária,
- (A) lei complementar deverá dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
 - (B) é obrigatória a apresentação do orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
 - (C) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
 - (D) os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
 - (E) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
19. Com relação às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), é correto afirmar que
- (A) a transmissão e a gravação de sessão em que se toma depoimento de indiciado em Comissão Parlamentar de Inquérito viola a intimidade e a privacidade do depoente.
 - (B) as Comissões Parlamentares de Inquérito podem requerer quebra de sigilo de dados bancários, desde que presente a indicação concreta de causa provável, não podendo haver recusa de seu cumprimento pelo Banco Central do Brasil.
 - (C) o privilégio contra a autoincriminação traduz direito assegurado a qualquer pessoa que, na condição de testemunha, de indiciado ou de réu, deva prestar depoimento perante órgãos públicos, o que não é, no entanto, invocável perante as CPIs.
 - (D) a Comissão Parlamentar de Inquérito pode expedir decreto de indisponibilidade de bens de particular, desde que essa medida de instrução seja necessária aos trabalhos.
 - (E) se revela legítimo opor ao advogado restrições que, ao impedirem, justa e motivadamente, o regular exercício de sua atividade profissional, no âmbito das Comissões.
20. Artigo de Constituição Estadual estabelece que “o plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento econômico e social e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para os Municípios com mais de cinco mil habitantes”. Essa norma constitucional estadual estendeu aos Municípios com número de habitantes superior a cinco mil a imposição que a Constituição Federal só fez àqueles com mais de vinte mil. Sobre tal previsão, pode-se afirmar que
- (A) é constitucional, pois estabelece que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
 - (B) é inconstitucional, pois contraria a previsão constitucional de que o objetivo do plano diretor é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
 - (C) é constitucional, pois visa estabelecer política de desenvolvimento urbano a ser executada pelo Poder Público municipal, mas que é de competência legislativa do Estado-membro.
 - (D) é inconstitucional, porque viola a autonomia dos Municípios daquele Estado que possuem mais de cinco mil e menos de vinte mil habitantes, considerando que o parâmetro deve ser aquele estabelecido pela Constituição Federal.
 - (E) é constitucional, pois a Constituição Federal impôs a concretização da política de desenvolvimento e de expansão urbana das cidades com mais de vinte mil habitantes por meio de um instrumento específico.

21. Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa correta.

- (A) Poder de Polícia é o conjunto de princípios e normas que objetivam, por meio de institutos próprios, organizar a normalidade do Serviço Público, permitindo a aplicação de sanções contra servidores e o uso da força, quando necessário.
- (B) Cada restrição de direito individual prevista em norma legal corresponde equivalente poder de polícia administrativa à Administração Pública, para torná-la efetiva e fazê-la obedecida para salvaguarda do interesse público.
- (C) O ato de polícia é obrigatório para seu destinatário, admitindo o emprego de violência para torná-lo efetivo, conforme prescreve o atributo da auto-executoriedade.
- (D) O poder de polícia visa impedir o exercício de atividades ilícitas, vedadas pelo ordenamento, observando-se, entre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.
- (E) Os estados de defesa e sítio, previstos na Constituição Federal vigente, são exemplos em que o poder de polícia poderá suprimir direitos fundamentais, como por exemplo: direito de reunião e o sigilo de correspondências.

22. Sobre licitações públicas, é correto afirmar que

- (A) nos processos de licitação pública, é vedado estabelecer margem de preferência para produtos manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- (B) para os fins da Lei Federal n.º 8.666/93, considera-se obra toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, operação, conservação ou adaptação, realizada por execução direta ou indireta.
- (C) as licitações para a execução de obras obedecerão, em particular, à seguinte sequência: projeto básico, projeto executivo e execução das obras e serviços, exceto nos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.
- (D) ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.
- (E) é dispensável a licitação para contratação de profissional de setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

23. Sobre contratos administrativos, é correto afirmar que

- (A) a rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de homologação escrita e fundamentada da autoridade judicial competente, nos termos da legislação.
- (B) os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito privado, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral.
- (C) o regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de rescindi-los, unilateralmente, por atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.
- (D) caso haja interesse da Administração, os contratos administrativos poderão ter a sua duração prorrogada por, até, cento e oitenta meses, na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.
- (E) é vedado à Administração firmar contratos que permitam ao contratado, na execução do contrato, subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento.

24. Com relação aos servidores públicos, é correto afirmar que

- (A) para a investidura de cargo em comissão ou emprego público, é obrigatória a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma prevista em lei.
- (B) a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos públicos da Administração Direta Municipal, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, do Prefeito no âmbito do Poder Executivo, exceção às sociedades de economia mista, que receberem recursos do Município para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- (C) o concurso público para provimento de cargo de carreira terá a validade de 1 ano, improrrogável.
- (D) o prazo de validade do concurso público será de, no mínimo, dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, caso o edital convocatório não especifique outro prazo de validade.
- (E) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

25. Com relação à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

- (A) o abuso no exercício das funções públicas, por parte do servidor, exclui a responsabilidade objetiva da Administração, cujo dolo e excesso imputam ao servidor o ônus dos danos sofridos pelo terceiro.
- (B) a pessoa jurídica de direito público responderá pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causar a terceiro, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (C) a empresa construtora particular de obra pública não responde por atos lesivos resultantes da má condução dos trabalhos que lhes são confiados.
- (D) independentemente de sua prévia condenação judicial ou comprovação da culpa do servidor no evento danoso, a Administração poderá desde logo ingressar com a devida e regular ação regressiva.
- (E) será prejudicial da ação regressiva a decisão que, na esfera penal, declarar extinta a punibilidade.

26. Com relação ao ato administrativo, é correto afirmar que

- (A) os efeitos da invalidação do ato administrativo, emanada pelo Poder Judiciário, operam *ex tunc*, isto é, retroagem ao momento da respectiva edição, alcançando todos os seus efeitos em relação às partes, ressalvados os direitos de terceiros de boa-fé.
- (B) a Administração por sua iniciativa e o Poder Judiciário, este acionado pelo terceiro interessado, podem desfazer os atos administrativos por considerações de mérito e de ilegalidade.
- (C) irregularidades formais sanadas por outro meio, ou irrelevantes por sua natureza, anulam o ato que já criou direito subjetivo para terceiro.
- (D) os efeitos da declaração de nulidade do ato administrativo, emanada pelo Poder Judiciário, operam *ex nunc*, isto é, não retroagem às suas origens alcançando todos os seus efeitos em relação às partes.
- (E) o Poder Judiciário poderá, pelos meios processuais cabíveis que possibilitem o pronunciamento regular e devido, revogar atos inconvenientes ou inoportunos mas formal e substancialmente legítimos ou anular atos ilegais.

27. Tratando-se do tema “desapropriação”, pode-se afirmar que

- (A) todos os bens e direitos patrimoniais prestam-se a desapropriação, incluindo-se o espaço aéreo e o subsolo e excluindo-se a posse legítima ou de boa-fé.
- (B) tratando-se de desapropriação para reurbanização, são alienáveis as áreas e edificações que se tornam excedentes e desnecessárias à expropriante, após a execução do plano urbanístico.
- (C) quando o interesse for do Poder Público, o fundamento da desapropriação será necessidade pública e, quando for de interesse privado de pessoa física ou organização particular, a desapropriação será por interesse social.
- (D) a ocorrência da utilidade pública ou do interesse social e o pagamento de indenização do valor venal da propriedade, conforme prévio registro público, base de cálculo do IPTU, são, entre outros, requisitos constitucionais exigidos para a desapropriação.
- (E) promovida a desapropriação pelo Poder Público, o ex-proprietário deverá ser indenizado em dinheiro ou em títulos especiais da dívida pública ou da dívida agrária, caso, respectivamente, os fatores determinantes da expropriação tenham sido o Plano Diretor do Município e a Reforma Agrária.

28. No que se refere aos serviços públicos, é correto afirmar que

- (A) as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público, com participação de particulares no seu capital e na sua administração e que integram a Administração Pública Indireta.
- (B) as fundações poderão ser criadas por meio de decretos ou leis específicas.
- (C) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou em regime de concessão ou permissão, sempre por meio de licitação, a prestação de serviços públicos.
- (D) a atividade do concessionário é de natureza pública, e assim, para todos os fins, equiparam-se os concessionários a autoridades públicas.
- (E) o contrato de permissão é o documento escrito, decorrente de carta-convite, tomada de preços, concorrência ou leilão, que encerra a delegação do poder concedente, estabelece direitos e deveres das partes e dos usuários do serviço.

29. Em relação aos poderes administrativos, é correto afirmar que

- (A) o Governador, ao nomear o respectivo Secretário da Segurança Pública ao seu nuto, demonstra um exemplo do exercício do poder administrativo regulamentar.
- (B) o Prefeito que expediu decreto para o fiel cumprimento de determinada lei municipal exerceu o respectivo poder administrativo disciplinar.
- (C) o Secretário Municipal que, após apuração devida e regular, decide por sentença administrativa disciplinar contra subordinado transgressor demonstra exemplo do exercício do poder administrativo regulamentar.
- (D) a Presidenta da República quando sanciona uma lei dá exemplo da prática do poder administrativo vinculado.
- (E) o Comandante da Guarda Municipal, quando avoca para si a decisão de procedimento administrativo disciplinar, que era da competência originária do Subcomandante da Guarda Municipal, dá exemplo do exercício do poder hierárquico.

30. Em relação aos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Em sentido amplo, bens públicos são todas as coisas corpóreas e incorpóreas que pertençam, a qualquer título, às entidades estatais, por exemplo: cachorros do canil da Guarda Municipal, edifício sede do governo Municipal e ações de determinada autarquia.
- (B) Os imóveis da Administração descentralizada, como fundações de direito público e autarquias, não são considerados bens públicos.
- (C) O terceiro de boa-fé que possuir, como seu, imóvel público desativado, sem interrupção, nem oposição, por quinze anos ou mais, poderá adquirir-lhe a propriedade, judicialmente, por usucapião.
- (D) A aquisição onerosa de bens públicos, móveis e imóveis, não depende de autorização legal específica ou especial, mas dependerá de licitação, na modalidade adequada ao valor do contrato.
- (E) A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação prévia e dependerá de licitação na modalidade de concorrência, exceção às entidades paraestatais.

31. Quanto à interrupção da prescrição, assinale a alternativa correta.

- (A) À falta de solidariedade passiva, a interrupção da prescrição provocada por um credor se opera apenas em relação ao devedor, ou ao seu herdeiro, sem prejudicar os demais coobrigados existentes.
- (B) Na hipótese de ausência de devedores solidários, a causa que provocou a interrupção da prescrição, ainda que exclusiva, interrompe o fluxo prescricional em relação aos demais coobrigados, que são prejudicados e atingidos.
- (C) Se houver solidariedade ativa, a interrupção da prescrição provocada por um dos credores não aproveita aos outros. No caso, para que os demais credores se beneficiem com o cessamento, todos devem interromper a prescrição.
- (D) Se houver solidariedade passiva, a interrupção da prescrição promovida pelo credor contra um devedor solidário se estende aos demais, mas não a seus herdeiros.
- (E) Para estancar o curso prescricional, com projeção dos efeitos aos demais sujeitos devedores que compõem a relação jurídica, a causa objetiva da interrupção deve ocorrer em relação a todos os devedores solidários.

32. João estabeleceu um contrato de depósito com Antônio, de uma máquina agrícola, para que este a guardasse em sua chácara, sem qualquer remuneração. Falecendo Antônio, seu filho vendeu a máquina a terceiro. Em razão deste fato, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o filho de Antônio tinha conhecimento do depósito, deveria indenizar João pelo valor da venda, assim como pelo tempo que Antônio permaneceu como depositário.
- (B) João terá direito a reivindicar a propriedade, desde que comprove que o herdeiro de Antônio vendeu a máquina com evidente má-fé.
- (C) O filho de Antônio, se vendeu a máquina de boa-fé, é obrigado a assistir João em sua reivindicação e a restituir ao comprador o preço recebido.
- (D) O filho de Antônio, se vendeu a máquina de boa-fé, deverá reivindicá-la do comprador para restituí-la a João.
- (E) Pela venda, o filho de Antônio não poderá jamais recobrar de João as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.

33. Nos negócios jurídicos, a impossibilidade inicial do objeto
- (A) invalida o negócio jurídico se for relativa e for ligada à declaração de vontade.
 - (B) invalida o negócio jurídico se for concluído por representante em conflito com os interesses do representado.
 - (C) invalida o negócio jurídico quando a lei expressamente o exigir.
 - (D) não invalida o negócio jurídico se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
 - (E) não invalida o negócio jurídico se o motivo lícito determinante for comum às partes contratantes.
34. Quanto à responsabilidade dos donos ou detentores pelos danos causados por animais soltos, assinale a alternativa correta.
- (A) Trata-se de responsabilidade objetiva sem direito a excludente de responsabilidade.
 - (B) A responsabilidade presumida é absoluta quando se tratar de animal solto.
 - (C) Admite-se a invocação de excludente de responsabilidade por força maior.
 - (D) Responde pelo simples fato de pôr em risco a integridade de terceiros.
 - (E) Não responde quem demonstrar que seu animal era mantido guardado e escapou.
35. Feito um negócio jurídico simulado,
- (A) será considerado anulável, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
 - (B) não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.
 - (C) não prejudica sua validade quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, oferecer-se para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
 - (D) serão igualmente anuláveis os contratos simulados, quando a fraude for notória, ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante.
 - (E) ressalvam-se os direitos de terceiros de boa-fé em face dos contraentes do negócio jurídico simulado.
36. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. Diante dessa afirmação, o nascituro
- (A) é titular de direitos, mas não os personalíssimos.
 - (B) não poderá receber doação, por não poder expressar sua vontade.
 - (C) tem direitos reconhecidos em razão da teoria da vida presumida.
 - (D) não poderá defender seus direitos em Juízo, por falta de capacidade.
 - (E) poderá requerer indenização por danos morais.
37. Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, mas o terceiro não interessado que paga
- (A) a dívida em seu próprio nome tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.
 - (B) com desconhecimento ou oposição do devedor obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
 - (C) a dívida der em pagamento coisa fungível poderá reclamar do credor que, de boa-fé, recebeu-a e consumiu-a.
 - (D) antes de vencida a dívida não terá direito ao reembolso no vencimento, exceto se comprovar boa-fé.
 - (E) a dívida poderá opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
38. Quando o adquirente do imóvel hipotecado paga a credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel, ocorre
- (A) pagamento em consignação.
 - (B) cessão de crédito.
 - (C) sub-rogação.
 - (D) assunção de dívida.
 - (E) solidariedade passiva.

39. A Política Nacional das Relações de Consumo deve observar os seguintes princípios constantes no Código de Defesa do Consumidor:
- (A) reconhecimento da vulnerabilidade financeira do consumidor no mercado de consumo.
 - (B) harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo, com base na equidade e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores.
 - (C) educação e informação exclusiva dos consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo.
 - (D) incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos jurisdicionais de solução de conflitos de consumo.
 - (E) coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos que possam causar prejuízos aos consumidores.
40. Sobre o conceito de consumidor, a jurisprudência majoritária do STJ adota a
- (A) teoria finalista.
 - (B) teoria maximalista.
 - (C) teoria finalista aprofundada.
 - (D) teoria mista.
 - (E) teoria maximalista aprofundada.
41. Nas ações de indenização por danos materiais e morais propostas por consumidores contra fornecedores, em que se discute a responsabilidade por acidente de consumo, é correto afirmar que
- (A) o fabricante responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
 - (B) o produto será considerado defeituoso quando não oferece a qualidade ou quantidade que dele legitimamente se espera.
 - (C) o produto será considerado defeituoso pelo fato de outro, de melhor qualidade, ter sido colocado no mercado.
 - (D) o fabricante não será responsabilizado quando provar a ocorrência de culpa concorrente ou exclusiva com o consumidor.
 - (E) o fabricante não será responsabilizado quando provar a ocorrência de culpa concorrente ou exclusiva de terceiro.

42. Sobre execução contra a Fazenda Pública em que há excesso de execução, assinale a alternativa correta.
- (A) É ônus da executada provar, com a oposição dos embargos, que a execução incorre em excesso, sob pena de preclusão.
 - (B) O excesso pode ser alegado a qualquer tempo pela executada, pois no caso é matéria de ordem pública.
 - (C) O excesso de execução, por ser matéria de ordem pública, pode ser reconhecido de ofício.
 - (D) Caso não invocada em embargos à execução, poderá ser reclamada em exceção de preexecutividade.
 - (E) Não é matéria a ser discutida em sede de embargos, mas com a apresentação de recurso específico.
43. No que diz respeito ao procedimento da ação de usucapião, o autor expõe na petição inicial o fundamento do pedido, junta planta do imóvel e requererá
- (A) a designação de audiência preliminar, a fim de produzir prova dos requisitos do usucapião.
 - (B) a designação de audiência preliminar, a fim de produzir prova dos requisitos do usucapião, a citação daquele em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados.
 - (C) a designação de audiência preliminar, a fim de justificar a posse, a citação daquele em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo, da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
 - (D) a citação daquele em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados.
 - (E) a intimação do representante do Ministério Público e a citação do proprietário originário do imóvel, assim como, para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

44. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente. Sobre essa afirmação, assinale a alternativa correta.
- (A) Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo como litisconsorte de uma das partes.
 - (B) Há litisconsórcio facultativo quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
 - (C) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo bastando a intimação de um deles, no caso de litisconsórcio necessário, ou de todos, em se tratando de litisconsórcio facultativo.
 - (D) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
 - (E) Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.
45. O prazo para contestar, no caso de citação por hora certa,
- (A) conta-se da data da juntada do aviso de recebimento relativo à correspondência posteriormente enviada pelo escrivão, dando ciência da citação.
 - (B) embora seja obrigatória a remessa de carta confirmatória ao citado por hora certa, o prazo para contestar conta-se da juntada do mandado aos autos.
 - (C) citação com hora certa deve obrigatoriamente ser completada com a expedição de carta e da sua juntada nos autos. Tem início o prazo, desde que recebida pelo réu.
 - (D) conta-se da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido.
 - (E) Tem início o prazo quando finda a dilação de prazo assinalado pelo juiz no aviso de citação.
46. Haverá a suspensão do processo no seguinte caso:
- (A) quando provada a morte ou incapacidade de uma das partes, tendo iniciado a audiência de instrução e julgamento.
 - (B) morte do procurador da parte e esta não tiver condições de constituir novo advogado.
 - (C) ocorrer o falecimento do procurador do réu e este não indicar novo advogado.
 - (D) quando a sentença de mérito tiver por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente.
 - (E) quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência do autor e o réu já tiver contestado a ação.
47. Assinale a alternativa correta.
- (A) A ação civil pública concede ao cidadão o direito de ir a juízo para tentar invalidar atos administrativos praticados por pessoas jurídicas de Direito Público enquanto Administração Direta e também pessoas jurídicas da Administração Indireta.
 - (B) A ação popular é posta à disposição de qualquer cidadão para a tutela do patrimônio público ou de entidade que o Estado participe, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico cultural, mediante a anulação do ato lesivo.
 - (C) São anuláveis os atos lesivos ao patrimônio das entidades em que o Estado participe, instituições ou fundações, para cuja criação ou custeio o tesouro público concorra e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.
 - (D) Será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
 - (E) Na ação civil pública que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, dependentemente de requerimento do autor.
48. Sobre a ação direta de inconstitucionalidade no STF, assinale a alternativa correta.
- (A) Não pode haver intervenção de terceiros no processo, ou seja, partes que não estavam originariamente na causa não podem ingressar posteriormente.
 - (B) Uma vez proposta a ação, admite-se a desistência, desde que devidamente fundamentada na falta de interesse superveniente.
 - (C) Contra a decisão que declara a inconstitucionalidade caberão embargos declaratórios e agravo interno.
 - (D) A decisão final da ação passa a surtir efeitos imediatamente, sem qualquer exceção.
 - (E) Não cabe recurso da decisão que indeferir a petição inicial.
49. A sentença que decida além do que foi pedido na inicial é
- (A) extra petita, podendo ser anulada.
 - (B) citra petita, podendo ser anulada.
 - (C) ultra petita, podendo ser parcialmente anulada.
 - (D) ultra petita, nula de pleno direito.
 - (E) extra petita, nula de pleno direito.

- 50.** A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo
- (A) à situação econômica do sujeito ativo.
 - (B) apenas ao erro escusável do sujeito ativo, quanto à matéria de fato.
 - (C) ao aumento da importância do crédito tributário.
 - (D) a considerações de equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso.
 - (E) a condições peculiares a determinada região do território do contribuinte.
- 51.** Sobre a anistia, é correto afirmar que
- (A) é sempre concedida ilimitadamente.
 - (B) é concedida às infrações punidas com penalidades pecuniárias sem limite de valor, sempre conjugadas com penalidades de outra natureza.
 - (C) será concedida limitadamente a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
 - (D) é concedida ilimitadamente sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.
 - (E) quando não concedida em caráter específico, é efetivada, em todos os casos, ao interessado que faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.
- 52.** Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada. Dessa forma, o texto original da petição será apresentado no prazo de
- (A) 02 dias úteis seguintes.
 - (B) 03 dias úteis seguintes.
 - (C) 05 dias úteis seguintes.
 - (D) 10 dias úteis.
 - (E) 30 dias da concessão da liminar.
- 53.** Na execução fiscal, o executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observada a seguinte norma:
- (A) a citação será feita pelo Oficial de Justiça, se a Fazenda Pública não a requerer por outra forma.
 - (B) a citação pelo correio será considerada feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou se a data for omitida, no aviso de recepção, 05 (cinco) dias após a entrega da carta à agência postal.
 - (C) se o aviso de recepção não retornar no prazo de 15 (quinze) dias da entrega da carta à agência postal, a citação será feita por Oficial de Justiça ou por edital.
 - (D) o edital de citação será afixado na sede do Juízo, publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, com o prazo de 15 (quinze) dias, e conterà, apenas, a indicação da exequente, o nome do devedor e dos corresponsáveis, a quantia devida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no Registro da Dívida Ativa, o prazo e o endereço da sede do Juízo.
 - (E) o edital de citação será afixado na sede do Juízo, publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, com o prazo de 60 (sessenta) dias, e conterà, apenas, a indicação da exequente, o nome do devedor e dos corresponsáveis, a quantia devida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no Registro da Dívida Ativa, o prazo e o endereço da sede do Juízo.
- 54.** Nos termos da Lei n.º 6.830/80, a penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem:
- (A) dinheiro; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; imóveis; navios e aeronaves; veículos; móveis ou semoventes; direitos e ações.
 - (B) dinheiro; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; veículos; móveis ou semoventes; direitos e ações; pedras e metais preciosos; imóveis; navios e aeronaves.
 - (C) dinheiro; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; imóveis; navios e aeronaves; pedras e metais preciosos; direitos e ações; móveis ou semoventes e imóveis, veículos.
 - (D) dinheiro, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; imóveis; navios e aeronaves; veículos; móveis ou semoventes; direitos e ações e título da dívida pública.
 - (E) dinheiro, veículos; móveis ou semoventes; direitos e ações; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; imóveis; navios e aeronaves; veículos; e móveis ou semoventes.

55. Cessa a eficácia da medida cautelar fiscal se
- (A) a Fazenda Pública propuser a execução judicial da Dívida Ativa no prazo fixado.
 - (B) não for executada dentro de 10 (dez) dias.
 - (C) não for executada dentro de 15 (quinze) dias.
 - (D) for julgada extinta a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.
 - (E) o requerido não promover a quitação do débito que está sendo executado.
56. Excluem o crédito tributário:
- (A) isenção.
 - (B) pagamento.
 - (C) depósito.
 - (D) parcelamento.
 - (E) tutela antecipada.
57. Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN, só se admitirão
- (A) recurso de apelação e especial.
 - (B) embargos de declaração e recurso extraordinário.
 - (C) embargos infringentes e de declaração.
 - (D) recurso especial e extraordinário.
 - (E) recurso de agravo e agravo regimental.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

58. A estabilidade destinada à gestante
- (A) não se aplica quando se trata de contrato por prazo determinado.
 - (B) beneficia a empregada quando a gravidez é confirmada no período de aviso prévio.
 - (C) não favorece a empregada quando a gravidez é confirmada no período de projeção do aviso prévio indenizado.
 - (D) impossibilita o pedido de demissão da empregada.
 - (E) subsiste em qualquer hipótese de rescisão do contrato de trabalho da empregada.
59. As férias anuais remuneradas
- (A) asseguram o acréscimo de 1/3 e o gozo em dobro, após a expiração do período concessório.
 - (B) não asseguram o acréscimo de 1/3 quando ocorre a conversão, em pecúnia, do período total de gozo.
 - (C) serão concedidas por ato único do empregador, podendo ser fracionadas em dois períodos, desde que nenhum seja inferior a 10 dias.
 - (D) não podem ser fracionadas quando se tratar de empregado com menos de 21 anos ou mais de 60 anos de idade.
 - (E) não beneficiam o empregado aprendiz.

60. Nas hipóteses de afastamento do empregado por motivo de acidente do trabalho ou aposentadoria por invalidez,
- (A) nenhuma obrigação será suportada pelo empregador, em face da suspensão do contrato de trabalho.
 - (B) os salários serão devidos pelo empregador em face da interrupção do contrato de trabalho.
 - (C) haverá obrigação de pagar os salários durante o afastamento por acidente do trabalho, desde que não superior a 60 dias, e nenhuma obrigação haverá na situação de aposentadoria por invalidez.
 - (D) haverá a responsabilidade civil do empregador, tendo em vista o risco da atividade econômica, revelando-se incontestável a responsabilidade objetiva.
 - (E) assegura-se o direito à manutenção do plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa ao empregado.
61. Na Justiça do Trabalho, assegura(m)-se às empresas públicas e sociedades de economia mista
- (A) os mesmos prazos processuais destinados às empresas privadas.
 - (B) o prazo em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar a reclamação.
 - (C) a isenção de preparo do agravo de instrumento.
 - (D) a faculdade de não se submeterem ao rito sumaríssimo.
 - (E) o reexame necessário das decisões que lhes sejam desfavoráveis.
62. São passíveis de execução na Justiça do Trabalho
- (A) as sentenças condenatórias transitadas em julgado e os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério do Trabalho e Emprego.
 - (B) os acordos celebrados perante as Comissões de Conciliação Prévia e os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério do Trabalho e Emprego.
 - (C) as sentenças arbitrais, as convenções e os acordos coletivos de trabalho.
 - (D) os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, as convenções e os acordos coletivos de trabalho.
 - (E) as sentenças condenatórias proferidas pelas Varas do Trabalho, passadas em julgado ou insuscetíveis de recurso com efeito suspensivo, e os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho.

63. No tocante aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) no crime de peculato culposo, a reparação do dano, se precede à denúncia, extingue a punibilidade; se for posterior à denúncia e anterior à sentença recorrível, reduz de metade a pena imposta.
 - (B) inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública caracteriza o crime de inserção de dados falsos em sistemas de informações independentemente da finalidade do agente.
 - (C) solicitar ou exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida caracteriza o crime de concussão.
 - (D) continuar a exercer função pública, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi removido caracteriza o crime de desobediência.
 - (E) pratica o crime de violação de sigilo funcional aquele que revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação, independentemente da finalidade do agente.
64. Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos crimes praticados pelos particulares contra a administração em geral.
- (A) Opor-se à execução de ato legal, mediante ameaça a funcionário competente para executá-lo, sem iniciar a execução de qualquer ato de violência, não tipifica o crime de resistência.
 - (B) Aquele que exige, cobra ou obtém, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função pratica o crime de corrupção ativa.
 - (C) Aquele que perturba concorrência pública promovida por entidade paraestatal pratica o crime de perturbação de concorrência.
 - (D) Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, independentemente da conduta praticada, caracteriza o crime de sonegação de contribuição previdenciária.
 - (E) A pena do crime de contrabando ou descaminho aplica-se em dobro, se o crime for praticado em transporte marítimo.
65. No tocante aos crimes contra a administração da justiça, é correto afirmar que
- (A) negar a verdade como contador em juízo arbitral não caracteriza o crime de falso testemunho ou falsa perícia.
 - (B) fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite, mesmo sem o emprego de violência caracteriza o crime de exercício arbitrário das próprias razões.
 - (C) inovar artificiosamente, na pendência de processo administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito não caracteriza o crime de fraude processual que exige que o processo seja judicial.
 - (D) o cônjuge ou irmão do criminoso que o auxilia a subtrair-se à ação de autoridade pública tem a pena do crime de favorecimento pessoal reduzida de um a dois terços.
 - (E) a conduta do advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias, apesar de sujeitar o autor da conduta a responsabilidades civil e administrativa, não é punida na esfera penal em razão da garantia do direito à ampla defesa e ao contraditório.
66. Assinale a alternativa correta no tocante às previsões relativas aos crimes no Código Penal.
- (A) Para a omissão ser considerada penalmente relevante, é suficiente que o omitente possa agir para evitar o resultado.
 - (B) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a preparação, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
 - (C) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui a culpabilidade e isenta de pena o autor do crime.
 - (D) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
 - (E) Se o fato criminoso é cometido em estrita obediência à ordem manifestamente ilegal de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
67. Em relação à extinção da punibilidade, é correto afirmar que
- (A) nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
 - (B) a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
 - (C) no caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo total da pena aplicada.
 - (D) no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena resultante da soma de todos, em conjunto.
 - (E) a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, podendo ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

68. Assinale a alternativa correta em relação à Ação Penal.

- (A) A queixa contra um dos autores do crime não obrigará ao processo de todos, cabendo ao Ministério Público decidir pela sua viabilidade.
- (B) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que a recusar.
- (C) O perdão poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.
- (D) Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 15 dias seguidos.
- (E) No caso de morte do acusado, o juiz admitirá todos os meios de prova para declarar extinta a punibilidade.

69. Em relação às regras de competência previstas no Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração praticada em território nacional, ou no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
- (B) quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
- (C) nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá eleger o foro de domicílio ou da residência do réu, somente se desconhecido o lugar da infração.
- (D) a competência será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- (E) tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

70. No tocante à liberdade provisória, com ou sem fiança, é correto afirmar que

- (A) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção ou prisão simples.
- (B) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.
- (C) nos casos em que a autoridade policial não puder conceder fiança, esta será requerida ao juiz, que decidirá em 24 (vinte e quatro) horas.
- (D) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 20 (vinte) a 300 (trezentos) salários mínimos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 (quatro) anos.
- (E) se a situação econômica do preso recomendar, a fiança poderá ser aumentada em até 2.000 (mil) vezes.

71. Assinale a alternativa correta em relação às disposições relativas às provas no Código de Processo Penal.

- (A) Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, sendo obrigatório às partes, sob pena de nulidade, acompanhar o incidente.
- (B) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por uma pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- (C) Salvo no caso de necessidade de prevenção de risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa, em qualquer modalidade de interrogatório, o juiz garantirá ao réu o direito de entrevista prévia e reservada com o seu defensor.
- (D) O ofendido será comunicado dos atos processuais relativos ao ingresso e à saída do acusado da prisão, à designação de data para audiência e à sentença e respectivos acórdãos que a mantenham ou modifiquem.
- (E) A testemunha que morar fora da jurisdição do juiz será inquirida pelo juiz do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimadas as partes, não sendo possível a realização do julgamento antes da devolução desta precatória.

72. Em relação aos recursos previstos no Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) caberá recurso, no sentido estrito, da decisão que revogar a prisão preventiva.
- (B) caberá apelação no prazo de 10 (dez) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.
- (C) a revisão dos processos findos será admitida quando a sentença absolutória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos.
- (D) a carta testemunhável terá efeito suspensivo.
- (E) quando cabível a apelação, só poderá ser usado o recurso em sentido estrito, quando se recorra somente de parte da decisão.

73. Para fins de Receita, nas normas gerais de direito financeiro, com fulcro na Lei n.º 4.320/64, é correto afirmar que
- (A) são objeto de lançamento os impostos indiretos e outras rendas com vencimento determinado em lei ou contrato.
 - (B) o lançamento da despesa é ato da repartição competente, que verifica a im procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é credora e inscreve o débito desta.
 - (C) será admitida a compensação da observação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.
 - (D) os agentes da arrecadação devem fornecer recibos das importâncias que arrecadarem.
 - (E) o recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio da legalidade, vedado qualquer tipo de fragmentação.
74. O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o
- (A) décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.
 - (B) vigésimo dia útil.
 - (C) vigésimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços trimestrais.
 - (D) trigésimo dia útil.
 - (E) fechamento do calendário anual.
75. Leia o que segue.
- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, cumprirá a pena de
- (A) detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
 - (B) reclusão de 4 (quatro) anos.
 - (C) detenção de 6 (seis) a 8 (oito) anos, e multa.
 - (D) reclusão de 6 (seis) anos.
 - (E) detenção de 6(seis) meses, e multa.
76. A Lei n.º 8.666/93, com suas modificações, regulamentou o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, instituindo normas para as licitações e contratos da Administração Pública. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- (A) As organizações industriais da Administração Pública Federal direta, em face de suas peculiaridades, poderão criar modalidades de licitação ou combinar as já previstas na legislação vigente.
 - (B) Quando couber tomada de preços, e em qualquer caso, a Administração Pública poderá valer-se da modalidade da concorrência e, no caso de convite, também poderá utilizar a tomada de preços.
 - (C) Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais, poderão ser alienados sob a modalidade de leilão, aos interessados previamente cadastrados.
 - (D) O pregão é a modalidade adequada de licitação para uma Câmara Municipal que pretende premiar as melhores monografias sobre a preservação do meio ambiente.
 - (E) A utilização da modalidade convite exclui a participação de quaisquer interessados não previamente cadastrados.
77. Em relação aos contratos administrativos, sua formalização e execução, assinale a alternativa que está em conformidade com o que dispõe a Lei n.º 8.666/93.
- (A) Os contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.
 - (B) Caberá ao contratante optar pela garantia na modalidade fiança-bancária, no caso de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis.
 - (C) O contratado, na execução do contrato, não poderá subcontratar partes da obra, serviços ou fornecimento, estando sujeito a sanções previstas em lei.
 - (D) O instrumento de contrato não é obrigatório nos casos de tomada de preços, podendo a Administração substituí-lo por carta-contrato, nota de empenho e despesas ou ordem de execução de serviço.
 - (E) Executado o contrato, em se tratando de obras e serviços, o seu objeto será recebido definitivamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação verbal do contratado.

78. Nos termos do que estabelece a Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, assinale a alternativa correta.

- (A) Entende-se como receita corrente líquida, a divisória das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais e outras receitas também correntes.
- (B) A receita corrente líquida será apurada deduzindo-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos oito meses anteriores, incluindo-se as duplicadas.
- (C) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- (D) É facultativo consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada, desde que vise ao atendimento de passivos contingentes.
- (E) A lei orçamentária consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro e que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

79. A Lei Complementar n.º 101/2000 determina que é facultado aos Municípios com população

- (A) superior a oitenta mil habitantes, divulgar mensalmente o relatório de Gestão Fiscal.
- (B) inferior a oitenta mil habitantes, divulgar trimestralmente o relatório de Gestão Fiscal.
- (C) inferior a sessenta mil habitantes, divulgar trimestralmente o relatório de Gestão Fiscal.
- (D) inferior a cinquenta mil habitantes, divulgar semestralmente o relatório de Gestão Fiscal.
- (E) superior a cinquenta mil habitantes e um, divulgar mensalmente o relatório de Gestão Fiscal.

80. Assinale a alternativa que está em conformidade com o que dispõe a Lei Orgânica do Município de São Carlos sobre a Mesa da Câmara.

- (A) Dois dias depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão, em reunião preparatória, sob a presidência do mais velho de idade dentre os presentes e, havendo a maioria simples dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa da Câmara.
- (B) Não havendo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará reuniões diárias, até que seja eleita a Mesa da Câmara.
- (C) Os membros da Mesa serão eleitos, por votação secreta, para um mandato de três anos.
- (D) A recondução para o mesmo cargo, dentro da mesma legislatura, será permitida por uma vez.
- (E) Qualquer componente da Mesa da Câmara poderá ser destituído pelo voto da maioria absoluta dos membros, quando faltoso ou omissor.

